

## ENUNCIÇÃO E REGULARIDADE SINTÁTICA

LUIZ FRANCISCO DIAS  
UFMG

**RESUMO:** Este artigo versa sobre a relação entre semântica e sintaxe. Os conceitos que fundamentam o trabalho são advindos da teoria da enunciação e da abordagem dinâmica da sintaxe, apresentando como objeto específico de estudo os lugares sintáticos de sujeito e de objeto. No âmbito dessa abordagem, os aspectos estruturais da língua são tratados na relação com os aspectos enunciativos. O desenvolvimento da hipótese principal do trabalho indicou que a constituição e a ocupação dos lugares sintáticos sujeito e objeto são definidas no contato entre as regularidades linguísticas e o acontecimento da enunciação, na relação com um campo de memória.

**ABSTRACT:** This article is about the relation between semantics and syntax. The concepts that have given basis to the work come from the enunciation theory and the dynamic approach of syntax, presenting the syntactic places of subject and object as the specific aim for study. Within this approach, the structural aspects of the language are treated in their relation to the enunciative aspects. The development of the main hypothesis of the work indicated that the constitution and occupation of subject and object syntactic places are defined in the contact between linguistic regularities and the occurrence of the enunciation, in the relation with a field of memory.

### 1. INTRODUÇÃO

Observar a sintaxe a partir da semântica da enunciação: esta é a pretensão do presente estudo. Especificamente, planejamos abordar a atribuição e a ocupação dos lugares de sujeito e objeto, tentando dimensionar o alcance dos aspectos estruturais e enunciativos na constituição desses lugares. Para isso, faremos inicialmente a revisão de algumas abordagens da enunciação, objetivando encontrar um fio comum no percurso teórico desenvolvido por elas: a dupla instância do acontecimento enunciativo. Em seguida, discutiremos aspectos dos conceitos de virtual e real, conforme Deleuze, e as condições de convergência desses conceitos na direção das instâncias do acontecimento. Na sequência, apresentaremos o suporte teórico relativo à organicidade sintática, com fundamentos em Milner, no âmbito de uma abordagem dinâmica da sintaxe. Os conceitos de atribuição e ocupação dos lugares sintáticos, advindos de Milner, serão examinados na sequência, com as análises dos lugares de sujeito e objeto. Por fim, delinearemos uma comparação entre as duas funções sintáticas, considerando os conceitos de Milner.

## 2. LÍNGUA E ENUNCIÇÃO

No percurso dos estudos linguísticos a partir da segunda metade do século XX, a enunciação já foi objeto de diferentes abordagens. Porém, nem todas elas consideram o funcionamento da língua na relação indissociável com o campo da enunciação. Destacaremos a seguir algumas perspectivas de abordagem desse campo, observando especificamente o lugar do linguístico na formulação desses modelos teóricos.

Uma das importantes proposições de Benveniste em prol de uma teoria enunciativa é esta: “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância do discurso” (BENVENISTE, 1989: 83-84). Por esta via, o que ele denomina “enunciação” opera-se nessa passagem da possibilidade da língua para uma instanciação discursiva dela. É nessa passagem que ocorre a efetuação da língua, e é nela que teremos uma relação: a instância do possível da língua desdobra-se numa instância discursiva. Para Benveniste, nesse domínio do possível, a língua guarda um conjunto de formas, que se constitui numa classe de “indivíduos linguísticos” (BENVENISTE, 1989: 85), que não remetem a conceitos, como os nomes. Enunciar é mobilizar essa instância do possível para se situar na instância discursiva da língua. Na medida em que o locutor enuncia, os indivíduos mobilizados (o pronome “eu”, primordialmente) permitem ao homem se individualar. Portanto, nesse princípio, a enunciação é a mobilização daquela classe, e por consequência da língua como um todo, tendo em vista a passagem de uma instância que se situa na ordem do linguístico para se efetivar na ordem discursiva. Assim, o locutor, ao enunciar, efetua esse movimento de colocar em contato essas duas instâncias e, dessa maneira, adquire uma relação necessária com aquilo que diz.

Ducrot, na década de 80 do século XX, também teorizou sobre a relação entre o linguístico e uma perspectiva de instanciação numa teoria enunciativa. No seu entender, a incidência de um enunciado numa frase determina a sua condição de acontecimento. Para Ducrot (1984: 370), “ao enunciar *Tu vais gostar deste livro*, eu afirmo que um determinado objecto, designado pela expressão demonstrativa *este livro*, vai agradar a uma determinada pessoa, designada por *tu*”. No nível da frase, *Tu vais gostar deste livro* é uma construção abstrata, recorrente, concebida como *type*. A agregação de uma situação particular de enunciação a essa frase faz com que um enunciado aconteça, na medida em que *tu* e *livro* adquirem referências específicas (“Carlos” em relação a *tu*, e “Dom Casmurro” em relação a *livro*, por exemplo). O enunciado é concebido desse modo como *token*. Ainda segundo Ducrot, a frase “fornece instruções que permitem descobrir, numa situação de enunciação particular, a que se referem os seus enunciados.” (DUCROT, 1984: 370). Essa perspectiva permite a Ducrot estabelecer a concepção de enunciação como um acontecimento histórico, uma vez que as instruções de referência, ao encontrarem adesão adequada na atualidade da situação de enunciação, “saturam” aquilo que estava na instância da frase como uma demanda de referência. Não sendo as situações de enunciação transferíveis para outros enunciados, cada vez que à frase em pauta se agreguem situações de enunciação diversas, produzem-se saturações com outros referentes. Daí a concepção de Ducrot sobre o caráter único e irrepetível do acontecimento enunciativo, justamente porque ele adquire identidade específica na sua atualização. Nos termos de Ducrot: “A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de

se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo enunciação” (DUCROT, 1987: 168).

Em fase mais recente, no âmbito do modelo dos blocos semânticos, Ducrot e Carel deslocam o suporte no qual as situações de enunciação e a referência eram concebidas na década de 80 do século passado. Em texto da década atual, Ducrot (2002: 14) alerta para a necessidade de se afastar de uma semântica que coloca “no sentido dos termos o que lhe parece útil para explicar o efeito de seu emprego”. Dessa forma, ele se contrapõe radicalmente a uma concepção referencialista, para a qual o sentido se constitui a partir de “um conjunto de alusões” ao “mundo real”. A nova plataforma não dá lugar àquilo que foi denominado de “situação de enunciação”. Em formulação de Carel e Schulz (2004: 118), os discursos são o “lugar da definição dos termos que empregam”. Só o discurso é “doador de sentido”, afirma Ducrot (2002:7). Os sentidos das entidades linguísticas se instalam quando associamos discursos a elas. Mais precisamente, “o sentido de uma entidade linguística é, ou de evocar um conjunto de discursos ou, se ela tem função puramente combinatória, de modificar os conjuntos de discursos associados a outras entidades” (DUCROT, 2002: 7). Na tese de Ducrot e Carel, procura-se nas discursividades aquilo que se constitui sintagmaticamente pelas articulações próprias da língua, isto é, procura-se nas discursividades aquilo que pode ser representado num esquema do tipo x CONECTOR y. Um encadeamento argumentativo envolve palavras plenas (*pressa, agir*, por exemplo) e palavras instrumentais (conectores, como *portanto*; articuladores, como *mas*; operadores, como  *muito, demais*). Dessa maneira, *ter pressa* está associado, pelo encadeamento do conector “portanto”, a *agir rapidamente (ter pressa PORTANTO agir rapidamente)* no mundo das discursividades. Nas palavras de Ducrot, “não nos perguntamos o que se passa na realidade quando alguém tem pressa, mas que discursos podem dar-se lugar frente à indicação de que alguém tem pressa” (DUCROT, 2002: 9). O sentido de *ter pressa* advém da sua associação via conector com *agir rapidamente*. Sendo *agir rapidamente* uma entidade do discurso, o doador de sentido é o discurso. Efetivamente, o sentido de uma entidade linguística advém da evocação ou modificação de discursos, isto é, o sentido é construído no encadeamento discursivo. Portanto, a tarefa de uma teoria da enunciação seria a de formular os limites do conjunto dos discursos doadores de sentido, e isso é proposto no modelo dos blocos semânticos na forma de sequências de duas proposições ligadas por um conector, constituindo-se dessa maneira encadeamentos argumentativos.

Sendo assim, na nova abordagem de Ducrot, desenvolvida conjuntamente com Carel, o acontecimento que proporciona existência ao enunciado inclui uma evocação ou uma modificação de discursos anteriores. O conceito de “histórico” sofreria um deslocamento, tendo em vista o afastamento teórico das coordenadas situacionais que determinam a referência no seu tempo e espaço. Há um “já enunciado” que se instala no acontecimento da enunciação. Esse “já enunciado” constituiria a instância dos discursos evocados ou modificados na enunciação.

O estatuto de uma instância do “já enunciado” é objeto de uma abordagem de Achard (1999) sobre memória. No entanto, essa abordagem guarda diferenças significativas em relação à de Ducrot. Na abordagem da memória, Achard (1999: 13) coloca em pauta o estatuto dos implícitos:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo.

O implícito não é algo “realmente-já-ouvido”. Nessa direção, “o passado, mesmo que realmente memorizado, só pode trabalhar mediando as reformulações que permitem reenquadrá-lo no discurso concreto face ao qual nos encontramos” (ACHARD, 1999: 14). Nesse reenquadramento, a memória não restituiria frases escutadas no passado. Na atualidade de um discurso, frente à instância de um passado implícito a ser (re)construído, opera-se com “derivações de possíveis em relação ao dado” (ACHARD, 1999: 16). Haveria, segundo ele, um jogo de força, que tem, de um lado, a regularização própria das formas linguísticas, e de outro o histórico, apreendido como memória. A enunciação deve ser tomada, segundo ele, como “operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso” (ACHARD, 1999: 17).

No Brasil, Guimarães também aborda a enunciação como acontecimento e agrega especificidades ao tema da relação entre a instância do “já-enunciado” e a da atualidade da enunciação. Na sua abordagem, o enunciado tem como suporte um dizível historicamente constituído. A tese da constituição histórica do dizível advém da Análise de Discurso, que usa o termo interdiscurso para designar justamente a relação entre discursos orientados e particularizados pela história. Segundo Orlandi (1992: 90), o dizível (enunciável) “se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso”. A enunciação, dessa maneira, se define para Guimarães como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento. Ela é assim um acontecimento de linguagem, configurado “pela relação do presente com a memória do interdiscurso e as regularidades da língua” (GUIMARÃES, 2005: 86).

O aspecto que concerne às regularidades da língua é situado na relação entre as duas instâncias da enunciação. No entender de Guimarães, para que as formas linguísticas possam dar suporte à significação, elas devem confrontar-se com a memória discursiva e o presente do acontecimento. Nessa direção, a memória da língua comporta uma latência, uma condição para o confronto entre a instância do dizível histórico e a instância de um presente. Nos termos de Guimarães (1996: 32), por ser latente, a memória da língua “pode ser sempre outra coisa, para isso bastando que outras enunciações a façam derivar, mesmo que imperceptivelmente. Deste modo, uma forma na língua não é nem soma de seus diversos passados, nem deriva de um étimo, nem algo em si: senão uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar.” E ainda:

(...) as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Uma forma é na língua o que ela se tornou pela história de seus funcionamentos na enunciação. (...) o que uma língua é, em certo momento, tem a marca de como ela funcionou nas enunciações em que a língua se pôs a funcionar. (GUIMARÃES, 1996: 27)

Essa exposição da língua a um campo de memória, isto é, a um campo do dizível, é essencial para a configuração das regularidades das suas formas.

Vimos que, na concepção de Benveniste, a enunciação se dá na passagem da instância do possível para a instância discursiva da língua. Nessa passagem, a atualização de algumas formas mobiliza a língua como um todo. Já em Ducrot, particularmente na fase atual do seu trabalho, a relação entre palavras plenas e palavras instrumentais, enquanto entidades linguísticas, adquire o status de encadeamento argumentativo tendo em vista a associação de discursos a essas palavras. É nessa associação que o “já enunciado” se instala no acontecimento enunciativo, permitindo a constituição das posições de enunciadore e as direções de argumentação. Na formulação de Achard, a entrada dos implícitos da memória na atualidade enunciativa encontra na regularização das formas linguísticas a condição para a retomada e a circulação do discurso. Na tese de Guimarães, a abordagem de Benveniste é retomada com deslocamentos. No principal deles, o funcionamento da língua se dá, não pela mobilização dos individuais linguísticos, mas pela relação que as formas linguísticas em latência contraem com o domínio de memória no acontecimento.

Enfim, em todas as formulações, as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade, que se apresenta heterogênea nas diversas abordagens.

Tendo isso em vista, o que podemos extrair dessa dupla instanciamento em que o enunciado é concebido no sentido de compreender o funcionamento sintático básico? No percurso dessa resposta, vamos observar essa dupla instanciamento no âmbito dos conceitos de virtual e atual, detendo-nos na relação entre o estado infinitivo do verbo, agregado a uma instância, e os seus estados finitos, agregados a outra instância do acontecimento enunciativo.

### 3. A FORMA VERBALE AS DUAS INSTÂNCIAS DA ENUNCIÇÃO

Em texto fundamentado na obra filosófica de Deleuze, Sousa Dias desenvolve uma reflexão importante sobre o estatuto do verbo no infinitivo, tendo em vista o conceito de virtual, idealizado por esse filósofo. A reflexão por ele desenvolvida abre espaço para investirmos apropriadamente no conceito da dupla apreensão da unidade do dizer considerada neste estudo, seja essa unidade apreendida relativamente à memória da língua e das enunciações, seja ela apreendida relativamente aos aspectos da sua organização articulada. Essa dupla apreensão se consubstancia no enunciado e na sentença, respectivamente.

Os verbos em estado de infinitivo são afetados pela articulação sintática, isto é, ganham finitude na constituição de um predicado, mas, ao mesmo tempo, não perdem o seu estatuto de devir, na medida em que continuam aptos para serem acionados em sentenças futuras. Nessa concepção, a especificidade do verbo reside no fato de eles constituírem-se em virtualidade, em um devir, em um movimento infinitivo. No verbo “vencer”, por exemplo, haveria uma esquia de presente, de atualidade, que “excede todas as suas manifestações presentes, (...) a parte em tudo o que acontece que escapa a toda a atualidade, bem como a parte em tudo o que se enuncia que escapa a toda a representação” (SOUSA DIAS, 1995: 96). Algo como um *eventum tantum*, ao mesmo tempo sempre já-aí, e ainda não. Em “Eu venci esta luta” representa-se uma manifestação do verbo “vencer”, permeada por uma temporalidade (passado) relativa à cena constituída, e pela interposição de constituintes

(*eu e esta luta*) relativos à condição sintática do enunciado. Na perspectiva de Deleuze, a temporalidade própria do acontecimento seria acrônica, e não aquela que preside a constituição das cenas. Concebido dessa maneira, o acontecimento é apreendido em Deleuze como sentido-acontecimento, que, atravessando a instância do atual, se situa na órbita do virtual. Ele é compreendido na realidade do virtual pela relativa estabilidade do sentido, que ultrapassa os limites da temporalidade constituída na atualidade. Assim, algo faz sentido não exatamente porque está associado aos eventos, às entidades, e ao tempo cronológico em que o dizer se manifesta materialmente<sup>1</sup>, mas porque, antes de se associar a uma atualidade, ele está associado a uma dimensão pressuposta da realidade objetiva, a um campo de possíveis. Na perspectiva que estamos adotando neste estudo, essa dimensão pressuposta da realidade guarda uma relação com a interdiscursividade, como vimos no item anterior.

Qual seria então a especificidade das instâncias do virtual e do atual na relação entre os conceitos de enunciado e de sentença? Na concepção que desenvolvemos no presente estudo, o enunciado habita a unidade que a sintaxe apreende como sentença, domina os lugares sintáticos, antes mesmo dos componentes linguísticos se instalarem na organicidade oracional. Por isso, não podemos dizer que haja um “vazio” nos lugares de objeto relativos aos verbos “ver” e “vencer” em *Vim, vi, venci*. Se, nos lugares de sujeito gramatical, instala-se um projeto de unidade de um sujeito enunciativo que se coloca como agregador (apreendido pelo pronome “eu”), reunindo as três sentenças em uma unidade enunciativa mais ampla, nos lugares de objeto, o alcance enunciativo da não ocupação desses lugares é mais restrito, mas não menos concernente à dimensão enunciativa da sentença. O que se viu e o que se venceu são entidades do sentido-acontecimento, apreensíveis como presença virtual. Não carecem de atualização; por isso essa sentença pode ser enunciada para além da pontualidade temporal, sem que imputemos a ela uma falta, isto é, uma transgressão na transitividade verbal. Com base nessa reflexão, podemos dizer que há geralmente um equívoco nos estudos gramaticais: a cegueira constitutiva quanto aos limites entre a presença e a não-presença do complemento, entre o haver e o não-haver ocupação orgânica do lugar sintático. A noção de déficit de complemento, tendo em vista o conceito de transitividade verbal, a noção de “PRO”, como marcador da não-presença de item lexical na rede de posições sintáticas, ou mesmo a noção de ausência de atualização são sintomas de passagem por uma região pantanosa nos estudos sintáticos: um terreno em que as entidades são apreendidas no limite entre o possível e o real<sup>2</sup>. Marcar um lugar não ocupado organicamente como um possível não realizado é conceber que é a realização que significa, como preenchimento de uma falta. Concebemos o lugar não-ocupado como um lugar virtual, e não como um lugar do possível que não se realizou; em outros termos, nós o concebemos como um lugar cuja não ocupação significa na sua condição significativa de não ocupação, por si própria. Portanto, o lugar virtual advém de uma ordem de atualidade que não requer a ocupação, justamente porque a ordem do sentido-acontecimento já se interpõe na sintaxe

---

<sup>1</sup> A concepção de temporalidade relativa à enunciação desenvolvida por Guimaraes (2002) também se desenvolve nesta direção.

<sup>2</sup> Na perspectiva de Deleuze, o conceito de “possível” está ancorado na ideia de tornar-se real, isto é, de consubstanciar-se em realidade. Por sua vez, o virtual e o atual já são constitutivos do real. Efetivamente, o virtual é uma das dimensões do real. Nessa perspectiva, sem o virtual a realidade seria ininteligível. A atualidade seria a realidade em ato. (DELEUZE, 1976).

como constituinte da condição enunciativa da sentença. Essa ordem do sentido é pois constitutiva da apreensão enunciativa da unidade sintática.

Concluimos o item anterior dizendo que as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade. Neste item, orientamos a idéia das duas instâncias no sentido de captar a oposição entre o virtual e o atual, conforme concebida por Deleuze a partir de Sousa Dias. Nessa orientação, destacamos o verbo como participante privilegiado da relação entre o virtual e o atual. Na esteira da concepção do acontecimento que se extrai dessa relação, concebemos a sentença a partir de uma unidade apreendida também como enunciado. Qual o fundamento dessa sintaxe que se constitui na ordem da relação entre as duas instâncias? Em que ela se diferencia das perspectivas de análise sintática já consolidadas no campo da gramática?

#### 4. SENTENÇA, ENUNCIADO E LUGAR SINTÁTICO

Para compreender a unidade sintática na sua especificidade de estrutura articulada, partimos da hipótese já assentada nos estudos sintáticos segundo a qual a sentença (ou oração) se constitui em função de uma nucleação verbal. Faz-se necessário que especifiquemos dois aspectos desse conceito.

O primeiro aspecto diz respeito à presença de um verbo como condição suficiente para se constituir uma sentença. Para que um verbo seja constituinte de uma sentença, ele precisa sofrer uma intervenção de finitude, isto é, ele precisa passar por demarcações instauradas pelas demandas da atualidade da enunciação no seu campo de virtualidade. A aplicação das coordenadas flexionais seria justamente um efeito dessa demarcação no estado infinitivo do verbo, como veremos no próximo item. Portanto, não basta simplesmente termos um verbo para se constituir uma sentença. Ela se constitui na intervenção do estado de infinitude do verbo, que assim passa a agregar demandas de concordância com o lugar nominal que a tradição denomina de sujeito<sup>3</sup>.

O segundo aspecto é relativo à ideia de nucleação. A instalação do verbo propicia a projeção de lugares sintáticos no âmbito da unidade oracional: grupos nominais considerados complementos (ou objetos verbais) ou grupos adverbiais são subunidades que guardam alguma dependência com o verbo. Portanto, ele funciona como núcleo na agregação dessas subunidades à unidade oracional. No entanto, temos argumentos no âmbito da teoria da enunciação para defender a tese segundo a qual o grupo nominal sujeito (doravante GN-sujeito) não se agrega à unidade oracional pela via da nucleação do verbo.

A sentença é a face regular da unidade configurada como enunciado. Como tal, ela detém uma geografia de lugares sintáticos nos quais a memória do dizível e uma demanda de atualidade encontram pontos de contato. O enunciado se beneficia dessa relativa estabilidade dos lugares sintáticos. Na perspectiva que estamos desenvolvendo, o olhar sobre a sentença não pode se desvincular do olhar sobre esse ponto de contato. Nessa visão, a sentença se deixa apreender pela sua virtualidade.

---

<sup>3</sup> Em Pereira e Dias (2008), apresentamos detalhes dessa demanda de concordância.

O tratamento que vamos imprimir a essa regularidade da sentença passa pelo conceito de *sites*, conforme desenvolveu Milner (1989: 291). Nos seus termos,

(...) la théorie doit reconnaître, en plus des termes et de leurs éventuelles relations, une entité distincte : le site de chaque terme. Ce sont alors les sites qui constituent l'objet de la syntaxe : dire que deux phrases ont la même syntaxe, ce sera dire qu'on peut y reconnaître les mêmes sites ; dire qu'elles ont une syntaxe différente, ce sera dire qu'on y reconnaît des sites différents.<sup>4</sup>

Na sua perspectiva, os termos lexicais contraem interesse para a sintaxe na medida em que proporcionam a percepção dos *sites* que eles ocupam (MILNER, 1989: 292). O *site* concerne às propriedades relacionais determinantes da configuração sintática. No âmbito da sua tese, Milner diferencia *site* de *place*. O conceito de *place* é relativo unicamente à combinação observável dos itens lexicais, isto é, à sua localização no fio da sentença. A palavra “sítio” poderia, de forma rudimentar, ser utilizada como tradução de *site* para o português. No entanto, neste estudo, vamos utilizar o termo “lugar sintático” em referência a *site*. Nesse viés, se o lugar sintático adquire um local na sentença é porque ele é um *lugar qualificado*, ao contrário do *lugar não qualificado*, que corresponderia ao conceito de *place*.

Nas ocorrências a seguir, Milner procura demonstrar como o conceito de lugar sintático adquire especificidade em relação ao conceito de lugar não qualificado.

- (1) a. Bela marquesa, seus belos olhos me fazem morrer de amor.  
b. De amor morrer me fazem, bela marquesa, seus belos olhos.  
c. Seus belos olhos de amor me fazem, bela marquesa, morrer.<sup>5</sup>

O lugar não qualificado é aquilo que sofre mudança e distingue as sentenças acima. No entanto, essa mudança não é acompanhada pelo deslocamento dos lugares sintáticos, que continuam os mesmos em (a), (b) e (c). Com efeito, o Grupo Nominal (doravante, GN) “seus belos olhos”, por exemplo, é um termo lexical que muda de local (lugar não qualificado) no fio das sentenças, apesar de se manter ocupando o mesmo lugar sintático, que corresponde ao sujeito das orações. No exemplo que se segue, diferentemente do exemplo (1), a mudança dos termos nas orações (2a) e (2b) é acompanhada pela mudança dos lugares sintáticos.

- (2) a. Sílvia ama Bruno  
b. Bruno ama Sílvia<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> (...) a teoria [sintática] deve reconhecer, além dos termos e de suas eventuais relações, uma entidade distinta deles: o site de cada termo. São os sites que constituem o objeto da sintaxe: dizer que duas frases têm a mesma sintaxe é dizer que podemos reconhecer nelas os mesmos sites; dizer que elas têm uma sintaxe diferente é dizer que reconhecemos nelas sites diferentes. (tradução nossa)

<sup>5</sup> Os exemplos apresentados por Milner (1989: 296) aparecem na peça *Le Bourgeois Gentilhomme*, de Molière, em que o Maître de Philosophie dialoga com M. Jourdain. No original: (a) Belle marquise, vos beaux yeux me font mourir d'amour; (b) D'amour mourir me font, belle marquise, vos beaux yeux; (c) Vos yeux beaux d'amour me font, belle marquise, mourir.

<sup>6</sup> Exemplos de Milner (idem. p. 292). No original: (a) Sylvie aime Bruno; (b) Bruno aime Sylvie.

Nesse caso, o GN-sujeito é ocupado por “Sílvia”, e em (b), ele é ocupado por “Bruno”. Em (3), temos outra variação relacionada ao lugar qualificado:

- (3) a. O cineasta doou ao teatro novas poltronas  
 b. O cineasta foi ao teatro

Aqui, o termo “ao teatro” muda de lugar sintático: complemento em (a), e adjunto, em (b), sem mudar de local (lugar não qualificado).

Na tese de Milner, os lugares não qualificados dos termos lexicais são diretamente visíveis no fio da sentença. Os lugares sintáticos, por sua vez, não são relativos aos locais em que os termos estão alojados na sentença, mas aos lugares que qualificam os termos lexicais para contraírem funções. Nesse sentido, Milner (1989: 295) argumenta que as funções gramaticais clássicas (sujeito, complemento, adjunto, verbo principal) não são nada mais do que relações entre lugares sintáticos, e só assim elas podem ser consideradas como relações propriamente sintáticas. Tendo em vista que os lugares sintáticos participam do alicerce da sintaxe, mas não são diretamente observáveis na sentença, há que se colocar em pauta na teoria a *relação de atribuição* e a *relação de ocupação*, que não é desenvolvida por Milner. É o que veremos a seguir.

A relação de atribuição passa pelo problema da projeção de termos lexicais. O verbo *dar*, por exemplo, projetaria os dois lugares sintáticos de complemento, relativos *aquilo que se dá* e *a quem se dá*. Milner (1989: 296) levanta alguns questionamentos importantes em relação a isso: a noção de projeção é essencialmente semântica ou essencialmente estrutural? Como distinguir aquilo que pertence e aquilo que não pertence a esta projeção? Em outros termos, como separar a pertinência categorial de um termo e a natureza do lugar sintático que o acolhe? Adiante, vamos abordar os termos destas questões no âmbito de uma perspectiva enunciativa da regularidade sintática.

Milner destaca duas possibilidades de abordagem relativamente à atribuição dos lugares sintáticos: posicional e dinâmica.

A abordagem posicional é desenvolvida pela gramática gerativa, por exemplo. Nessa perspectiva, dentre as propriedades dos lugares sintáticos estão as propriedades de posição. Isso “implica que as propriedades e relações sintáticas são susceptíveis de uma representação no espaço<sup>7</sup>” (MILNER, 1989: 300), tornando a sintaxe parcial ou inteiramente “geometrisável”. Na teoria sintática posicional,

(...) em admettant que le site est une position, elle admet du même coup que certaines de ces propriétés (tant relationnelles qu’absolues) sont liées à une géométrie. Autrement dit, un terme linguistique donné a deux sortes de propriétés : les unes lui sont propres et il les possède quelle que soit sa position géométrique (...), les autres sont attachées à la position géométrique et tout terme qui occupe une position donnée les possédera, quelle que soit par ailleurs sa nature propre. (MILNER, 1989: 301)<sup>8</sup>

<sup>7</sup> “(...) implique que les propriétés et relations syntaxiques sont susceptibles d’une représentation dans l’espace”

<sup>8</sup> (...) admitindo-se que o lugar sintático é uma posição, ela [teoria sintática] admite em decorrência que determinadas propriedades (tanto relacionais quanto absolutas) são relacionadas a uma geometria. Em outras palavras, um determinado termo linguístico tem duas espécies de propriedades: algumas são próprias e ele as possui independentemente de sua posição geométrica (...), outras são determinadas pela posição geométrica e todo termo que ocupa uma dada posição as possuirá, independente de sua natureza.

As propriedades de posição, dessa maneira, passaram a determinar fortemente a própria ideia de lugar sintático, o qual passou a ser considerado posição sintática: a posição sujeito, a posição objeto, etc.

Na abordagem dinâmica, por sua vez, as relações entre lugares sintáticos são concebidas em termos de força. Com a ideia de força, vem a ideia de estipulação: atribui-se a um termo algo como uma força de atração, no sentido de que determinados elementos podem ter uma ação sobre outros elementos na agregação sintática. A abordagem dinâmica pode abrigar hipóteses relativas à ação, à distância: propriedades de lugares sintáticos podem ser definidas por fenômenos de anáfora do sentido, em termos amplos (MILNER, 1989: 306), isto é, fenômenos no âmbito da sentença que são explicados pela injunção da significação constituída fora dos seus limites. A perspectiva de regularidade sintática que estamos desenvolvendo neste estudo direciona-se para uma abordagem dinâmica. Adiante, vamos tratar de aspectos que se situam próximos àquilo que Milner denominou de “anáfora do sentido”, no intuito de explicar o funcionamento de dois lugares sintáticos tendo em vista a enunciação: o GN-sujeito e o GN-objeto. Antes disso, vamos brevemente observar traços da sintaxe clássica e da sintaxe agregada à teoria dos papéis temáticos, no que se refere à atribuição de lugares sintáticos.

Um dos marcantes paradigmas do pensamento sobre a gramática, particularmente sobre a sintaxe, está consubstanciado no livro *La logique ou l'art de penser*, de Arnauld e Nicole, lançado em 1662. Ele proporciona um dos alicerces da análise sintática nas nossas gramáticas tradicionais: o conceito de sujeito---. Por sua vez, o verbo é concebido como uma palavra cujo principal uso é o de significar a afirmação. Isso implica que, ao usar um verbo, nós não apenas concebemos as coisas, mas também as julgamos e as afirmamos. Dessa maneira, na medida em que afirmamos, o verbo marca a ligação entre dois termos de uma proposição. Essa ligação tem como lastro o verbo *ser*, que habitaria no nosso espírito na terceira pessoa do presente: *é* (Arnauld e Nicole, 1992: 101). Nas palavras dos dois autores, “a única verdadeira definição [de verbo] é, vox significans affirmationem, uma palavra que significa a afirmação”<sup>9</sup> (Arnauld e Nicole, 1992: 104-105). Os dois termos de uma proposição são: aquilo de que se afirma (o sujeito) e aquilo que é afirmado (atributo ou predicado). O verbo liga o conjunto das duas idéias, completam os autores.

A agregação na unidade proposicional tem como ponto de partida a própria definição de verbo. Se usamos a linguagem estamos operando com o verbo *ser*<sup>10</sup>, estamos portanto trazendo o objeto afirmado para o interior do discurso pela via da afirmação do seu atributo. A ideia da relação entre o sujeito e o atributo satura a unidade proposicional, via pensamento. O desenvolvimento dessa concepção nas gramáticas tradicionais se dá no âmbito do conceito de oração ou sentença, e não mais no da proposição. A introdução do conceito de oração na gramática determina a possibilidade de concebermos as funções sintáticas. No entanto, a gramática ainda adota o princípio da agregação oracional presente no pensa-

---

<sup>9</sup> No original: “sa seule vraie définition est, vox significans affirmationem, un mot qui signifie l'affirmation”.

<sup>10</sup> Para os autores, o uso dos outros verbos numa proposição pode ser reduzido ao verbo *ser*: Dieu existe reduz-se Dieu est existant; Dieu est aime les hommes reduz-se a Dieu est aimant les hommes. (Arnauld e Nicole, 1992: 106).

mento clássico, e expresso em Arnould e Nicole. O predicado é uma afirmação do sujeito, que se apresenta como um suposto de existência no âmbito desse predicado. Tendo em vista as partes da oração nas gramáticas tradicionais, em uma se expressa aquilo que o predicado convocou como exterioridade pertinente ao discurso (sujeito), e em outra se expressa o que é próprio à oração, isto é, a afirmação em si (o predicado). Se compararmos, nas gramáticas tradicionais, as duas principais funções sintáticas receptoras do grupo nominal - sujeito e objeto (direto ou indireto) - a primeira traz essa suposição de existência, ao passo que a segunda se apresenta como complementar em relação ao sentido do verbo, isto é, como cobertura de um déficit no âmbito do predicado.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, Fillmore, dentre outros, formulou uma perspectiva de abordagem da regularidade sintática que visava inicialmente à incorporação no corpo teórico da gramática gerativa, no sentido de agregar uma abordagem dinâmica à abordagem posicional de sintaxe, conforme descrita por Milner. Mediante a concepção de Fillmore, a significação, quando concebida no raio da sintaxe, se dá relativamente a cenas de eventos. Segundo a proposta, no âmbito da própria estrutura da sentença, seria possível se detectar casos profundos, como tipos de relações que elementos da estrutura contraem entre si em contexto. Haveria um conjunto de casos, cuja função seria a de “fornecer uma ponte entre descrições de situações e representações sintáticas subjacentes” (Fillmore, 1977: 61).<sup>11</sup> Portanto, a noção de “contexto” em Fillmore se pauta pelas situações reais ou imaginadas em que se atribuem papéis semânticos aos participantes das cenas de eventos. A noção de papéis semânticos nasce da reflexão sobre os casos. Essa atribuição de papéis está ancorada em perspectivas situacionais:

(...) when I say that meanings are relativized to scenes, what I mean is that we choose and understand expressions by having or activating in our minds scenes or images or memories of experiences within which the word or expression has a naming or describing or classifying function. For example, if we have occasion to say that a person has spent a certain amount set of time *on land*, we know that this expression is chosen from a contrast set for which the opposing term is *at sea*, and the terms from this set require a background scene involving in some way a sea voyage<sup>12</sup>. (Fillmore, 1977: 74)

Tendo isso em vista, antes de se conceber a estruturação de uma sentença com base em posições sintáticas, caberia ao analista diagnosticar a atribuição de papéis semânticos aos participantes da cena materializada pela sentença. Nesse aspecto, o verbo adquire um papel central. A relação entre os papéis semânticos (considerados atualmente como papéis temáticos) e estrutura sintática recebeu a seguinte formulação em Perini (2008: 190-191):

<sup>11</sup> No original: (...) “to provide a bridge between descriptions of situations and underlying syntactic representations”

<sup>12</sup> “quando digo que os significados são relativos a cenas, o que eu quero dizer é que escolhemos e compreendemos expressões pela ativação, em nossas mentes, de cenas ou imagens ou lembranças de experiências no âmbito das quais a palavra exerce a função de nomear, descrever ou classificar. Por exemplo, se temos a oportunidade de dizer que uma pessoa gastou determinado período de tempo em solo, sabemos que essa expressão é escolhida em contraste com um quadro no qual o termo oposto é no mar, e os termos deste quadro requerem um fundo de cena envolvendo, de alguma forma, uma viagem marítima”. (tradução nossa)

(...)se a frase for

[13] Zé matou uma onça.

o receptor tem o verbo *matar* (que ele conhece e sabe como se categoriza); tem *Zé*, identificado como um SN com a função de sujeito (pelo procedimento exposto no capítulo 4), e tem *uma onça* como SN pós-verbal. Falta, no que nos interessa, estabelecer os papéis temáticos desses dois SNs.

Mesmo sabendo que *matar* exige, por seu significado, um Agente e um Paciente, não podemos estabelecer quem é quem com base apenas nessa informação, porque é perfeitamente plausível que a onça mate Zé, em vez do contrário: isso não contradiz as propriedades nem da onça nem de Zé. Mas a frase [13] não comporta ambigüidade, e tem que ser entendida com Zé como Agente. Ou seja, nesse exemplo, não podemos prescindir das funções sintáticas. Fora as funções sintáticas, nada em *Zé matou uma onça* nos diz quem é Agente e quem é Paciente. De alguma forma temos que especificar que com o verbo *matar* o sujeito é Agente e o SN pós-verbal é Paciente, o que se faz incluindo esses papéis temáticos na valência do verbo, donde a necessidade de incluir as funções semânticas Agente e Paciente como parte da estrutura da língua, e não apenas como relações conceptuais, parte do nosso conhecimento do mundo.

Se, pois, “agente” e “paciente” são papéis atribuídos pelo próprio significado do verbo, estaria aí a força que preside a agregação sintática, pois eles orientam a relação com os lugares sintáticos. Efetivamente, esses papéis orientam os lugares sintáticos na sua materialização em constituintes de unidade oracional.

Vimos neste item que o conceito de lugar sintático, desenvolvido por Milner, é essencial para captarmos as regularidades na enunciação, abordando-o como sentença, através da sintaxe. A constituição dos lugares sintáticos envolve uma relação de atribuição e uma relação de ocupação. Vimos brevemente que três perspectivas explicam a atribuição dos lugares sintáticos. A teoria gerativa explica a atribuição pela posição na representação da sentença. Por sua vez, a gramática tradicional explica o lugar sujeito pela prerrogativa de existência de uma entidade não linguística como base para a afirmação do predicado, e o lugar objeto como cobertura de um déficit de sentido no núcleo do predicado. Já o modelo dos papéis temáticos explica a atribuição dos lugares sintáticos por uma grade conceitual dos verbos, que já preveriam, em estado de dicionário, as valências e os possíveis papéis a serem distribuídos nessas valências, tendo em vista os eventos de que são virtualmente participantes. Como se observa, a atribuição dos lugares sintáticos é um princípio agregador, isto é, ela estabelece as condições para a integração dos componentes da sentença, constituindo a unidade oracional. Haveria lugar para uma perspectiva dinâmica de abordagem dos lugares sintáticos que opere na relação entre atribuição e ocupação, à luz da dupla instanciação do acontecimento enunciativo?

## 5. ENUNCIÇÃO E LUGAR SINTÁTICO: A CONSTITUIÇÃO DO GN-SUJEITO

Em Dias (2007), trabalhamos com aspectos relativos a uma afirmação de Benveniste cujas dimensões não foram desenvolvidas nos seus textos: “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (BENVENISTE, 1989: 86). Constitui-se num desafio determinar a participação do conceito de enunciação no estabelecimento das condições necessárias às funções sintáticas. Neste

estudo, trabalhamos com a tese segundo a qual a constituição do GN-sujeito<sup>13</sup> é determinada por condições diferentes em relação à constituição do GN-objeto, tendo em vista a dupla instanciação do acontecimento enunciativo.

Do ponto de vista da atribuição do lugar sintático, o GN-sujeito é o lugar que, afetado pelo cruzamento entre o virtual e o atual, aciona o verbo, isto é, arrebatando o verbo da sua condição de infinitivo. A constituição do lugar GN-sujeito é determinada por uma anterioridade de predicação, um conceito que se mostra relevante na nossa abordagem, como veremos a seguir. No âmbito do conceito de anterioridade de predicação, seria a partir do GN-sujeito que o verbo sai do “estado de dicionário” e se constitui como base de uma predicação. A instalação do predicado, e por conseguinte de uma unidade mínima da sentença, é devida ao GN-sujeito. Daí afirmarmos que o lugar do GN-sujeito se constitui nessa *anterioridade de predicação*. Antes de prosseguir na análise desse conceito, é preciso que se distingam três outras noções transversais no estudo do sujeito gramatical. Trata-se da anterioridade de orientação, da anterioridade actorial e da anterioridade processual.

A *anterioridade de orientação* diz respeito à organização da sentença, isto é, ao arranjo dos seus componentes tendo em vista um objetivo comunicativo. Um dos conceitos basilares da anterioridade de orientação é o de tópico. Quando dizemos “Pedro, eu o vi hoje”, em uma circunstância na qual “Pedro” não é vocativo, mas tópico, estamos na verdade orientando a sentença para atender a um campo de enunciação exterior à sentença, em relação ao qual ela ganha pertinência. Através do tópico, marca-se a adesão da sentença a um espaço de interlocução. Nesse caso, a instalação do predicado guarda relativa independência da apresentação tópica do objeto, regida pela anterioridade de orientação.

Por sua vez, a *anterioridade actorial* pode ser concebida, por exemplo, no âmbito de uma sintaxe delineada a partir dos papéis temáticos. Nessa perspectiva, como vimos, o verbo carrega para si o efeito da centralidade de uma ação, de uma volição, de um estado de mundo, etc. Visto sob essa ótica, poderíamos vislumbrar papéis que os atores de um evento exerceriam tendo em vista o quadro temático interposto pelo significado do verbo. Para os verbos de ação, por exemplo, o papel de agente tornar-se-ia preponderante como ponto de partida temático. Dessa maneira, um dos conceitos basilares da anterioridade actorial na urdidura temática da sentença seria o de agente, que corresponderia, grosso modo, a um personagem bastante popular, embora não formulado pelas gramáticas tradicionais: “aquele que pratica a ação verbal”. Em outras palavras, o praticante da ação expressa pelo verbo teria precedência sobre a própria ação bem como sobre o personagem afetado por essa ação.

Por fim, a *anterioridade processual* estaria relacionada com o processamento de sentenças em eventuais estágios de construção sintática na mente. Nessa perspectiva, a anterioridade processual poderia ser vislumbrada aproximadamente como aquilo que foi concebido primeiro no pensamento, e que se tornou ponto de partida para a agregação dos outros componentes sintáticos. No entanto, os estudos linguísticos de abordagem cognitivista costumam rejeitar conceitos como esse. Tudo indica que a relação entre percepção e elaboração não se dá através de uma linearidade processual, de forma a demarcar um ponto de anterioridade. Como se vê, apresentamos esse conceito apenas para compor

---

<sup>13</sup> Tomamos a expressão grupo nominal (GN) como equivalente a sintagma nominal.

um quadro em que seria possível se vislumbrar uma anterioridade que difere de todas as outras que apresentamos. E, especificamente, para que fique mais claro o que não entendemos por anterioridade de predicação.

Dessa forma, a anterioridade de orientação diz respeito à organização da sentença e a anterioridade actorial é relativa à armação do evento que a sentença dá suporte. Diferente disso, a anterioridade de predicação concerne à instalação da perspectiva de enunciação apreendida pelo verbo. Na análise que empreendemos no item anterior, relativamente às condições de atribuição do lugar do sujeito nas gramáticas clássicas e de linha tradicional, vislumbramos algo como uma anterioridade na predicação, porém, ela se constitui com base num suposto de existência. Na nossa perspectiva, porém, ela se sustenta na passagem da instância do virtual para a instância do atual no acontecimento enunciativo.

Como vimos no item anterior, o verbo, quando está no infinitivo, em estado de dicionário, é uma virtualidade. Na medida em que é acionado, torna-se uma unidade em perspectiva na língua portuguesa, isto é, recebe as coordenadas de enunciação (particularmente a de pessoa), passíveis de serem materializadas na forma sufixal. A submissão ao lugar do sujeito é a condição para que ele receba a coordenada proeminente na predicação: a pessoalidade<sup>14</sup>. A instalação do sujeito, portanto, rege a perspectivização da pessoalidade na predicação. Daí falarmos em anterioridade de predicação como característica básica do GN-sujeito, apreendido pelas condições de atribuição do lugar sintático.

Antes de abordar especificamente a ocupação do lugar GN-sujeito, vamos levantar alguns aspectos importantes sobre a semântica de um grupo nominal (GN). No âmbito dos estudos da expressão nominal fundamentados em Frege, o GN é uma unidade que exprime o modo de apresentação da entidade referida. Constituir um GN seria, tanto quanto possível, agregar determinantes ao núcleo para que o grupo possa reunir propriedades que possibilitem a referência. A saturação semântica dar-se-ia na realização linguística, quando o feixe de propriedades encontraria correspondência na entidade referida. A nossa perspectiva passa por outro caminho, o da dupla instanciação, já abordada no item 2. A questão principal está na relação entre língua e exterioridade. No caminho que estamos trilhando, ao invés de concebermos a referência na enunciação enquanto ato ou realização pragmática, trabalhamos com a idéia segundo a qual a constituição do GN passa pelas condições de referência na enunciação enquanto acontecimento histórico. Compreender uma expressão nominal no âmbito do acontecimento histórico envolve conceber as determinações da exterioridade pertinente que afetam a constituição de um efeito de unidade semântica no GN. Como ilustração, consideremos GNs como “O ladrão que rouba por caridade” ou “O homem da capa preta”. Os núcleos “ladrão” e “homem”, na medida em que se submetem aos seus respectivos determinadores, são redefinidos por uma nova posição do dizer relativo a eles. É justamente pelo fato de os termos “ladrão” e “homem” serem afetados pela determinação que eles encontram atualidade na enunciação para uma eficácia pragmática de saturação em relação ao real. Os determinadores “que rouba por caridade” e “da capa preta” tocam na discursividade prévia de homem, no plano do dizível, e proporcionam um dizer atual para “ladrão” e “homem”. O cruzamento das duas dimensões é um ponto de

---

<sup>14</sup> Em Pereira e Dias (2008), há uma análise do papel da pessoalidade na constituição de sentenças com limites pouco definidos entre a finitude e a infinitude.

inflexão no acontecimento, proporcionando dessa maneira uma nova pertinência dos sentidos de “ladrão” e “homem”: daí a concepção do sentido-acontecimento esboçada em Sousa Dias (1995), a partir de Deleuze. No caso de “O ladrão que rouba por caridade”, o cruzamento das duas instâncias da enunciação pela via da determinação produz como efeito uma rarefação do sentido de ladrão advindo da memória, na medida em que a determinação produz as condições para uma reorientação do sentido de ladrão.

Defendemos a tese segundo a qual há três modos de ocupação do GN-sujeito: pela definitude, pela identificação e pela prospectiva. Esses modos de ocupação operam diferentemente na sustentação de uma anterioridade na instância da atualidade na enunciação.

A ocupação do GN-sujeito pela *definitude*, por sua vez, apresenta três aspectos: a definitude em núcleo, a definitude em ancoragem e a definitude em confluência. O quadro a seguir mostra ocorrências criadas no sentido de nos auxiliar nos parâmetros de diferenciação desses aspectos.

Definitude em núcleo	Definitude em ancoragem	Definitude em confluência
1a) <u>Paulo</u> saiu	2a) [ ] Entrei no quarto	3a) Choveu muito no fim da tarde
1b) <u>O gato que apareceu de manhã</u> fugiu	2b) Um gato entrou pela janela. <u>Ele</u> saiu pela porta	3b) Havia um ladrão no jardim
1c) <u>O gato</u> pulou o muro	2c) <u>Aquilo</u> veio ao nosso encontro	3c) Tem gelo no copo
1d) <u>Um gato</u> entrou pela janela	2d) Um gato entrou pela janela e [ ] assustou a criança	3d) São duas horas
1e) <u>Um desconhecido</u> usou o telefone		3e) Cantando na chuva, eu levo a vida
		3f) Vencido pela ilusão, Paulo demonstrou arrependimento
		3g) Morar neste bairro me motiva
		3h) Construir neste bairro é um bom negócio

Quadro: Três modos de apresentação da definitude

Na *definitude em núcleo*, aspecto preponderante, o GN, representado pelos termos sublinhados, encontra no núcleo substantivo a base em função da qual as determinações se agregam, produzindo um efeito de unidade. As ocorrências em (1) apresentam diferentes graus de informatividade na órbita do grupo (expressões sublinhadas), o que, na nossa perspectiva, significa diferentes graus de definitude com que o grupo se apresenta na atualidade do acontecimento a partir de sua própria base.

Por sua vez, na *definitude em ancoragem*, o lugar GN-sujeito é marcado por uma necessidade de aporte de um GN fora do lugar sujeito. Às vezes, o lugar GN-sujeito comporta um termo indexador: o pronome “ele” em (2b) ou o pronome demonstrativo “aquele” em (2c); outras vezes o sufixo verbal de 1ª pessoa é capaz de projetar a indexação da nominalidade<sup>15</sup>, deixando o lugar GN-sujeito em ancoragem. Da mesma forma, o lugar GN-sujeito encontra-se em ancoragem em (2d) – [ ] *assustou a criança* –, mas desta vez é a integração da sentença no período ou no texto que irá proporcionar a condição de ancoragem do GN-sujeito (“um gato”). Temos, nesse caso, o fenômeno amplamente denominado

<sup>15</sup> A nominalidade envolve as classes do substantivo, uma classe que se sujeita a receber determinação no âmbito do próprio grupo, e do pronome – a classe de palavras que indexam o nome e seus eventuais determinantes.

“anáfora”. A demanda de ancoragem, tal como ela se configura em 2(d), constitui-se num desafio para as teorias sintáticas, como a gramática tradicional, que aborda o fenômeno através da figura obscura do sujeito elíptico. Há abordagens sintáticas que preferem “eliminar” o fenômeno, isolando a sentença e preenchendo o lugar do sujeito com o nome que funciona como suporte da ancoragem.

Na *definitude em confluência*, temos dois fenômenos diferentes. O primeiro deles é o da convergência sintática; o segundo é o da pessoalidade dependente.

O fenômeno da convergência sintática pode ser detectado nas ocorrências (3a) a (3d). Antes de tudo, reafirmamos a nossa hipótese segundo a qual, havendo verbo em estado finito, ocorre aí o acionamento do verbo pela instalação do lugar do sujeito. Essa hipótese não abarca as interpretações das gramáticas tradicionais, que defendem a idéia segundo a qual estamos frente a orações sem sujeito nas duas ocorrências. Em (3a), converge para a base lexical do verbo a nominalidade que sustenta o lugar do sujeito (o termo “chuva”). Dessa maneira, o lugar GN-sujeito não se apresenta como demanda de ancoragem porque ele converge para outros lugares na sentença. Podemos encontrar sentenças como *Choveu uma chuva forte no fim da tarde*, em que o lugar GN-sujeito (“chuva forte”) ganha localização na sentença independente da base lexical do verbo, no sentido de receber qualificação. Já nas ocorrências de (3b) a (3d), a convergência ganha características de uma concomitância de lugares de GN-sujeito e GN-objeto nos mesmos termos lexicais (“um ladrão”, “gelo” e “duas horas”)<sup>16</sup>. O fenômeno do lugar convergente se aplicaria aos quatro casos: (3a) a (3d).

Por sua vez, o *fenômeno da pessoalidade dependente* ocorre em sentenças constituídas com formas verbais no gerúndio ou no particípio, como em (3e) e (3f) respectivamente. Nesses casos, a forma verbal denuncia o acionamento do verbo, mas a informação relativa ao lugar GN-sujeito encontra-se na sentença principal: definitude em ancoragem (3e) e definitude em núcleo (3f). Nas ocorrências com a grade de formas verbais designada pela gramática tradicional de “infinitivo flexionado”, também encontramos o fenômeno da pessoalidade dependente. Nesse caso, as formas de 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> (relativo a *você*) e 3<sup>a</sup> pessoas do singular não recebem morfemas sufixais correspondentes; e mesmo para aqueles que os recebem, a sua aplicação à base lexical depende de fatores de ordem linguística e não linguística. Em (3g), podemos associar à forma “morar” a 1<sup>a</sup> pessoa, explicitada na sentença base, constituindo-se uma definitude em ancoragem. Em (3h), a associação a uma pessoalidade é menos visível, mas não impossível. Nesse caso, o alcance da dependência de pessoalidade envolve a relação com um raio mais amplo, que poderia ser o co-texto, como em “Paulo construir neste baixo é um bom negócio”, em que Paulo, empresário da construção civil, estivesse em foco na temática textual em que a sentença estivesse envolvida. Mas pode ser também que estejamos frente a um caso de limite da unidade sintática sentença, como em “Andar é mover-se, deslocar-se, por força própria ou não”<sup>17</sup>. Tudo indica que, nesse caso, “andar” não constitui sentença, porque não há indícios de acionamento do verbo por pessoalidade dependente. Ele teria então um valor de substantivo<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> O fenômeno da convergência sintática é analisado por Pereira (2008).

<sup>17</sup> Definição do dicionário Houaiss eletrônico.

<sup>18</sup> Ver: nota 12.

O segundo modo de ocupação do lugar do sujeito é o da *identificação*. Nesse modo, a condição necessária para que o lugar GN-sujeito se estabeleça como acionador do verbo é a projeção de identidade. Vejamos algumas ocorrências em que esse modo de ocupação pode ser concebido:

- (4) Alguém derrubou a placa de trânsito
- (5) Ninguém defende a mudança do trânsito nesta rua
- (6) Quem concorda com essa ideia?
- (7) Eu vou transportar minha mudança e a rua está fechada. E aí?
- (8) Lançaram um veículo movido a água
- (9) Querem impedir o trânsito de caminhões nesta rua

Nas ocorrências de (4) a (6), o lugar GN-sujeito está ocupado pela subclasse de pronomes denominados indefinidos e interrogativos (sublinhados). Nessas ocorrências, tais palavras se constituem em índices de um efeito de saturação referencial fora da órbita do GN-sujeito. Se, no modo da ocupação pela definitude, atribui-se ao grupo nominal a definição dos contornos possíveis do dizer atual frente aos dizeres da memória, neste modo, o GN-sujeito não recebe as condições de definitude, e por isso projeta uma identificação, tendo como suporte os pronomes indefinidos e interrogativos. No caso de (7), o pronome pessoal “eu” pode ser permutado por “você” ou por “alguém”, e nisso se diferencia do seu uso na definitude em ancoragem. Trata-se de um uso indeterminado dos pronomes pessoais, o qual vem recebendo atenção de diversos linguistas. Em (8) e (9), o lugar GN-sujeito não é lexicalmente ocupado, mas a questão principal está na virtualidade da sua ocupação. Com efeito, podemos fazer equivaler “Lançaram um veículo...” por “Alguém lançou um veículo...”, ou “Eles lançaram um veículo”, em que o pronome “eles”, de valor indeterminado, contrai usos bastante comuns no português brasileiro. A construção das sentenças (8) e (9) é regida por uma virtualidade de constituição do GN-sujeito sem as formulações possíveis da definitude, como condição de se produzir os efeitos de identificação. A especificidade desse modo de constituição do lugar GN-sujeito, não afetado pelas condições de definitude do núcleo, proporcionam sentenças do tipo abaixo:

- 10) Cantando na chuva
- 11) Vencido pela ilusão
- 12) Esqueceram de mim
- 13) Matou a família e foi ao cinema

As ocorrências (10), (12) e (13) são títulos de filmes, e participam da constituição de certo suspense. Isso se torna possível tendo em vista essa especificidade sintática do modo de ocupação, qual seja, a suspensão das possibilidades de constituição da base de definitude no espaço do GN. Sendo assim, cria-se uma demanda de identificação em outros espaços de enunciação.

Finalmente, da mesma forma que no modo da identificação, como acabamos de apresentar, no modo de ocupação pela *prospectiva* o grupo nominal não recebe as condições, nem em núcleo, nem em ancoragem, nem em confluência, para a constituição do campo de pertinência, na relação entre as duas instâncias da enunciação. A força de acionamento do

verbo nesse modo está na configuração de um perfil em relação ao qual se possa reconhecer uma identidade para além do presente. Vejamos algumas ocorrências de constituição de GN-sujeito nesse modo.

- (14) Aquele que planta colhe
- (15) Quem planta colhe
- (16) Plantou, colheu
- (17) Aquele que sonha com anjos dá um passo para ser arcanjo
- (18) Aquele que deseja ser arcanjo, deve sonhar com anjo
- (19) Sonhe com anjo antes de desejar ser arcanjo
- (20) Nunca ligava para a suspensão do carro e acabou ligando pro guincho<sup>19</sup>
- (21) Quem nunca liga para a suspensão do carro, acaba ligando pro guincho

Em (14) e (15), na ocupação do lugar GN-sujeito, temos duas formas pronominais representando um regime de nominalidade que opera com delineamento de um perfil identitário. A estrutura implicativa em (16) favorece a ausência de uma das formas, mas o lugar do sujeito continua com efeito de delineamento de um perfil. Não raro sintaticistas defendem a ideia de que não se faz análise sintática de construções proverbiais, sob a justificativa de que essas construções já circulariam estruturalmente imobilizadas, ao modo de uma expressão lexical. No entanto, a língua nos permite elaborar construções desse tipo com alguma facilidade, como nas sentenças (17) e (18), elaboradas para exemplificação. Isso, além de outras razões, indica a impossibilidade de se considerar essa construção como uma expressão equivalente a uma unidade lexical. Em (19), a perspectiva do perfil se configura no pronome “você”, não realizado materialmente, com o mesmo efeito de “aquele que”. Da mesma forma, em (20), o comercial de amortecedor, onde se encontra o enunciado, não traz no outdoor nenhuma base de ancoragem do pronome “Ele”, não materializado. Por isso, não seria uma definitude em ancoragem. O enunciado (21) simula uma equivalência para (20), com explicitação do pronome delinear de perfil.

Lacerda (2009: 60)<sup>20</sup> desenvolve, com consistência, uma diferenciação entre os modos de ocupação do grupo nominal pela identificação e pela prospectiva, tendo em conta a referência, a partir das ocorrências a seguir.

- a) Quem ri por último ri melhor
- b) Quem rir por último rirá melhor
- c) Quem matar aula vai se ver comigo no final do semestre
- d) Aquele que comeu o bolo deve estar preocupado
- e) Quem plantou, colheu

Em (a), na perspectiva da autora, a referência se dá por perfil. Teríamos nesse caso o modo de ocupação pela prospectiva, objeto de análise do presente item. Já nas ocorrências de (b)

---

<sup>19</sup> Frase de um comercial de suspensão de carro divulgado em outdoor na cidade de João Pessoa (PB), em 2000.

<sup>20</sup> Dissertação de mestrado defendida sob minha orientação em fevereiro de 2009.

a (e), a referência se configura por projeção, o que corresponde ao modo de ocupação por identificação, conforme visto no item anterior. Efetivamente, as quatro últimas ocorrências indicam tratar de casos de projeção de identidade, e não de delineamento de um perfil, apesar de semelhanças estruturais nas sentenças.

Em suma, são três os modos como o GN mobiliza a infinitude do verbo, tornando-o predicador. No primeiro modo (*definitude*), formula-se no GN um recorte de sentido pertinente na atualidade do dizer, em graus de definitude diferentes, tendo em vista o alcance do sujeito no campo de memória. No segundo modo (*identificação*), formula-se um delineamento daquilo que se define em outro(s) espaço(s) de enunciação e dessa maneira projeta-se as relações entre as instâncias do presente e do campo de memória. No terceiro modo (*prospectiva*), formula-se um perfil de identidade em prospecto, para além da instância do presente e, também nesse caso, projeta-se as relações entre as instâncias do presente e do campo de memória.

## 6. ASPECTOS DA DIFERENÇA ENTRE OS LUGARES GN-SUJEITO E GN-OBJETO

Tendo em vista o que acabamos de expor sobre o GN-sujeito, vamos delinear uma diferença entre sujeito e objeto quanto a atribuição e ocupação de lugares sintáticos.

Nós trabalhamos com a hipótese de que o lugar GN-objeto é uma projeção do verbo, isto é, ele é constituído na mesma instância em que o verbo circula na língua como virtualidade, como pertinência ao dizível em língua portuguesa. No entanto, isso não significa que ele seja integrante do sentido do verbo. Conforme vimos, a partir do funcionamento do grupo nominal, o lugar GN-sujeito se constitui na passagem do virtual para o atual, no ponto em que a enunciação determina a sentença. Com efeito, na medida em que o lugar GN-sujeito aciona o verbo, constitui-se aí a sentença. Por sua vez, o verbo já se agrega à sintaxe com seus lugares de GN-objeto, como condição fundamental da predicação. O lugar GN-objeto, dessa forma, é relativo ao ponto em que a enunciação determina a predicação no âmbito da sentença. Os verbos em português apresentam a potencialidade da projeção do lugar GN-objeto. No entanto, a ocupação desse lugar sintático obedece a especificidades dos dois tipos sob os quais a predicação se apresenta: predicação centrada e predicação dirigida. Em Dias (2006), desenvolvemos os aspectos básicos dessa diferença. Em sentenças como

(22) Paulo alugou o apartamento e deixou a cidade

(23) Essa imobiliária aluga mais do que vende

temos predicação dirigida em (22), na medida em que há uma demanda de ocupação do lugar GN-objeto relativa à própria cena constituída na enunciação. Nessa cena, produzem-se as condições para que se enuncie o que Paulo alugou. É justamente sob o efeito dessa demanda de ocupação relativa às cenas mais comuns da regularidade enunciativa do verbo que a tradição gramatical classificou como transitivo, isto é, que requer complemento. No entanto, temos em (23) aquilo que designamos como predicação centrada. Nesse caso, não há uma demanda de ocupação do GN-objeto na cena. O que torna a não ocupação determinante é um modo de enunciação de cena genérico, em que o domínio de referência

do lugar GN-objeto se amplia, favorecendo a comparação entre as ações de “alugar” e “comprar”, independente da saturação do domínio de referência. Conforme apontamos em Dias (2006: 62), “na medida em que nos deslocamos da tipologia de verbos (verbos transitivos / verbos intransitivos) para uma tipologia de predicação, estamos introduzindo o plano do enunciável nos estudos do fenômeno da transitividade”. Nesse texto, são levantadas condições que favorecem o modo de enunciação genérico. Uma delas é a produtividade do verbo. Nessa direção, “pormenorizar”, por exemplo, é um verbo que projeta o lugar GN-objeto, mas a sua restrita produtividade não favorece um trânsito fluente nos dois tipos de predicação. Em Dalmaschio (2008)<sup>21</sup>, o conceito de predicação centrada e de modo de enunciação genérico adquirem maior densidade com a hipótese do contínuo de centramento (DALMASCHIO, 2008: 92). Com o desenvolvimento de aspectos enunciativos da não ocupação, ela demonstra como a publicidade explora efeitos da não ocupação do lugar GN-objeto.<sup>22</sup>

O GN-objeto apresenta características próximas do GN-sujeito em determinadas ocorrências, como

(24) Pedro fez isso e aquilo e não foi punido

em que “isso e aquilo” se constituem em ancoragem num domínio de referência, paralelo ao que apresentamos na discussão da “definitude em ancoragem” no estudo do lugar GN-sujeito.

No entanto, há aspectos muito importantes que proporcionam a distinção entre os dois lugares sintáticos. Uma leitura do fenômeno sintático conhecido como causatividade proporciona argumentos na direção dessa diferença. Vejamos:

(25) Maria viajou o noivo pro Rio e caiu na gandaia

(26) O pai estudou os dez filhos<sup>23</sup>

Nas duas ocorrências, os lugares GN-objeto, projetados pelos verbos “viajar” e “estudar”, recebem grupos nominais que se situariam no lugar GN-sujeito em construções canônicas: “noivo viajar”, “filhos estudarem”. Mas a ocupação dos lugares GN-sujeito não se dá por mecanismo simples. Configura-se um hiato na cena, como em (25). Nesse intervalo de cena, não apreendido na atualidade da estrutura, interpõem-se cenas virtuais, como a determinação da viagem por parte dela, no sentido de comprar passagens e convencer o noivo a sair do Rio, por exemplo. Apesar de não explícitas materialmente, elas são constitutivas da agregação do GN-sujeito ao predicado. Apesar desse hiato de cena, o verbo recebe a flexão devida ao GN-sujeito, constituindo-se unidade sintática sob um não dito constitutivo.

Consideremos agora a seguinte construção:

---

<sup>21</sup> Dissertação de mestrado defendida sob minha orientação em maio de 2008.

<sup>22</sup> Esses aspectos são também desenvolvidos em Dias & Dalmaschio (2008).

<sup>23</sup> Exemplos de Silva (2009).

(27) Pedro plantou sementes de milho. Adubou, semeou, irrigou, colheu e vendeu.

Observemos que as sentenças “adubou”, “semeou”, “irrigou”, “colheu” e “vendeu”, em (27), se apresentam com GN-sujeito e GN-objeto não ocupados, mas o caráter “lacunar” desses lugares não é da mesma ordem, tendo em vista o acontecimento enunciativo. O conceito de *lacuna* não é relativo a falta, ausência, vazio, mas a um regime do real do acontecimento que produz eficácia justamente pelo não dito.

O regime de virtualidade que sustenta significativamente essas lacunas nos permite conceber a não ocupação do lugar GN-sujeito como algo relativo à sustentação temática do texto. Por isso, ocupar esses lugares, atendendo o que a virtualidade da lacuna invoca, é incorrer no mesmo, na repetição: “ele adubou”, “ele semeou”, “ele irrigou”, “ele colheu” e “ele vendeu”. Nessa direção de análise, dizer (28) é construir outro texto:

(28) Pedro plantou sementes de milho. Carlos adubou, Maria semeou, João irrigou, Marina colheu e Fernando vendeu

Por isso, dissemos em relação a (27) que a não ocupação é algo da sustentação temática do texto.

Por sua vez, a não ocupação do lugar GN-objeto é relativa à construção temática do texto. Vejamos (29):

(29) Pedro plantou sementes de milho. Adubou o solo, semeou os grãos, irrigou as plantas, colheu os frutos e vendeu o produto

Nesse caso, ocupar esses lugares, atendendo o que a virtualidade da lacuna invoca, não é incorrer no mesmo, mas situar-se num campo de construção, tendo em vista um domínio de referência. Nesse domínio de referência, “solo” pode ser permutado por “terra”, por exemplo, em “adubou o solo”. Não estaríamos corrompendo a sustentação temática do texto, mas participando da sua construção. Essa participação se faz sob a força dos limites do domínio de referência. Dessa maneira, a entrada desses verbos no campo da sentença se dá com a projeção de lugares sintáticos que operam numa virtualidade controlada pela condição de enunciado.

Em pesquisa recente, Matta (2005: 284-285), analisando o funcionamento de enunciados ressoantes em diálogos de conversação espontânea, apurou o seguinte percentual de ocupação de lugar GN-sujeito e GN-objeto: enquanto a ocupação com pronome totaliza 37,9% no sujeito, no objeto, a ocupação não passa de 7,7%. Por sua vez, a ocupação lexical, de caráter nominal, totaliza 11,8% no sujeito e 37,3% no lugar de objeto. Esses dados reforçam a ideia de que a ocupação do lugar GN-sujeito com pronome apresenta um forte componente de ancoragem, tendo sentenças anteriores do texto como base. A ocupação do lugar do sujeito como ancoragem é parte do caráter de sustentação temática desse lugar sintático. Por outro lado, o baixo índice de ocupação do lugar GN-objeto com pronome, ao lado da relativa alta de ocupação lexical, reforçaria a hipótese da construção temática, que esse lugar proporciona, tendo em vista a relação entre o plano da organicidade e o plano do enunciablel.

Em suma, a constituição do lugar GN-sujeito, situando-se fora da órbita do predicado, apresenta uma relação mais direta com os fatos de enunciação, como a anáfora, quando da ocupação desse lugar. Já a constituição do lugar GN-objeto mostra-se mais fortemente relacionada aos fenômenos da inserção do enunciado na unidade textual. A constituição do lugar GN-sujeito, como o acionamento do verbo, é contemporâneo da passagem entre as duas dimensões do acontecimento enunciativo, ao passo que a constituição do lugar GN-objeto tem a sua atribuição na dimensão do virtual e sua ocupação devida às condições enunciativas no funcionamento temático. Poderíamos, em termos gerais, dizer que a ocupação do lugar GN-objeto opera na relação enunciado/cena, ao passo que, na ocupação do lugar GN-sujeito, há uma proeminência da relação entre os fatos do enunciado e os fatos da enunciação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter desenvolvido neste trabalho os fundamentos de um olhar sobre a unidade do dizer apreendida como enunciado, relativamente às instâncias do acontecimento enunciativo (plano do enunciável), e como sentença, relativamente às determinações específicas de sua organização articulada (plano da organicidade). Observamos essas determinações em dois lugares básicos da articulação no estatuto da unidade sintática: o acionamento do verbo pelo lugar GN-sujeito e a atribuição de um lugar GN-objeto na predicação.

No que se refere ao acionamento do verbo, o olhar pelo plano do enunciável nos permitiu desenvolver uma hipótese relativa à atribuição e ocupação do lugar GN-sujeito. Nessa hipótese, apontamos três modos de constituição do grupo nominal no lugar sujeito. Eles alcançam a instância da virtualidade verbal, e dessa maneira interferem no regime infinitivo do verbo, porque produzem diferença na relação entre a instância do dizível e a instância da atualidade. Dessa forma, predica-se o que na enunciação se configura como pertinente a uma demanda exterior que afeta o sujeito, e assim ele entra no campo do dizer sob o efeito da constituição da diferença.

Quanto à constituição do lugar GN-objeto, vimos que o verbo projeta esse lugar como componente da predicação. No entanto, a sua ocupação tem relação com a cena constituída na enunciação. No modo de enunciação específico, em predicação dirigida, são constitutivas da cena as condições para uma demanda de ocupação do lugar GN-objeto. Por sua vez, no modo de enunciação genérico, em predicação centrada, não se produzem condições para uma demanda de ocupação desse lugar.

No percurso do estudo, promovemos uma reflexão sobre o acontecimento da enunciação tendo em vista a relação entre o plano do enunciável e o plano da organicidade. Desenvolvemos, nessa direção, as formas como a língua se expõe ao campo de memória. É nesta exposição que o enunciável se confronta com os movimentos de articulação na sintaxe. Enfim, consideramos um ganho teórico e metodológico a formulação de parâmetros de compreensão da sintaxe, orientados pela concepção de que a enunciação se constitui na relação entre uma atualidade e uma memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, P. (1999). Memória e produção discursiva do sentido. in: ACHARD, P. et alii. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, p. 11-21.
- ARNAULD, A ; NICOLE, P. (1992). *La logique ou l'art de penser*. Paris: Gallimard.
- BENVENISTE, E. (1989). O aparelho formal da enunciação. in: BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, p. 81-90.
- CARREL, M; SCHULZ, P. (2004). Genericidade, metáfora e descrição lexical. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 89-119, março.
- DALMASCHIO, L. (2008). *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. (<http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1183M.pdf>)
- DELEUZE, G. (1976). *Différence et répétition*. 3. ed. Paris : Presses Universitaires de France.
- DIAS, L. F. (2006). Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. *Letras*. Santa Maria, v. 33, p. 51-67. ([http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r33/revista33\\_5.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_5.pdf))
- DIAS, L. F.; DALMASCHIO, L. (2008). O papel da discursividade na configuração de lugares sintáticos: uma análise do complemento verbal. *Diadorim*. Rio de Janeiro, v. 4, p. 93-105.
- DUCROT, O. (1984). Enunciação. in: *Enciclopédia Einaudi: linguagem-enunciação*. vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 368-393.
- \_\_\_\_\_. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2002). Os internalizadores. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26.
- FILLMORE, C. J. (1977). 'The case for case' reopened. in: COLE, P. e SADOCK, J. M. (ed.) *Syntax & semantics: grammatical relations*. v. 8. London: Academic Press, p. 59-81.
- GUIMARÃES, E. (1996). Enunciação, língua, memória. *Revista da ANPOLL*. n. 2, p. 27-33.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Os limites do sentido*. 3. ed. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes.
- LACERDA, P. B. G. (2009). *Sentenças proverbiais: um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. (<http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1278M.pdf>)
- MATTA, B. A. da. (2005). *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional em português*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. ([http://www.lettras.ufmg.br/poslin/diss\\_detalhes.asp?aluno=517](http://www.lettras.ufmg.br/poslin/diss_detalhes.asp?aluno=517))
- MILNER, J-C. (1989). *Introduction à une science du langage*. Paris : Éditions du Seuil.
- ORLANDI, E. (1995). *As formas do silêncio; no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP.
- PEREIRA, B. K. (2008). *A convergência de sujeito e objeto direto: por uma sintaxe de bases enunciativas*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. (<http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1143M.pdf>)

PEREIRA, B. K; DIAS, L. F. (2008). Do estado infinito ao estado finito do verbo: os limites enunciativos da unidade sentencial. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, n. 21, p. 33-51. ([http://www.revistalinguas.com/edicao21/revista\\_linguas\\_21.pdf](http://www.revistalinguas.com/edicao21/revista_linguas_21.pdf))

PERINI, M. A. (2008). *Estudos de gramática descritiva*. São Paulo: Parábola.

SILVA, Y. R. B. da. (2009). *O estatuto semântico das orações causativas sintéticas no PB*. Belo Horizonte: UFMG. Inédito.

SOUSA DIAS, J. (1995). *Lógica do acontecimento: Deleuze e a filosofia*. Porto: Ed. Afrontamento.